

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA

2007/2008



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO EFECTUADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**A ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DO FARDAMENTO
NA FORÇA AÉREA**

Carlos José Caseiro Maia de Monserrate
CAP/TABST



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DO FARDAMENTO NA FORÇA AÉREA

CAP/TABST Carlos José Caseiro Maia de Monserrate

Trabalho de Investigação Individual do CPOS FA 2007/2008

Lisboa 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DO FARDAMENTO NA FORÇA AÉREA

CAP/TABST Carlos José Caseiro Maia de Monserrate

Trabalho de Investigação Individual do CPOS FA 2007/2008

Orientador: MAJ PILAV Rui Mendes

Lisboa 2008

Agradecimentos

Agradeço aos camaradas colocados nas diversas Unidades da Força Aérea nas áreas ligadas ao Sector do Fardamento que gentilmente disponibilizaram do seu tempo para responder ao inquérito que lhes enviei, contribuindo decisivamente para este trabalho.

Agradeço ao Director da Direcção de Abastecimento, MGEN Joaquim Rodrigues, ao Subdirector da Direcção de Abastecimento, COR Fernando Alves, ao Chefe da Repartição de Material de Intendência da Direcção de Abastecimento, TCOR José Sousa e ao Chefe Interino da Secção de Fardamento da RMI, TEN Samuel Costa, pelas entrevistas que me concederam e pelas suas valiosas opiniões.

Um agradecimento muito especial ao MAJ Rui Mendes por todo o apoio prestado e pela forma como orientou este trabalho.

À minha esposa e aos meus filhos, pela sua compreensão e apoio nos momentos em que me dediquei a esta investigação.

Índice

Introdução	1
Corpo de Conceitos.....	6
1. Sector do Fardamento na Força Aérea	7
2. Órgãos do Sector do Fardamento com responsabilidades de direcção, estudo e gestão.....	8
a. Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea (CLAFA).....	8
b. Direcção de Abastecimento (DA)	8
c. Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA)	9
d. Repartição de Material de Intendência (RMI).....	13
e. Secção de Fardamento da RMI	14
3. Organização das Secções de Fardamento nas Unidades / Órgãos da FAP	16
a. Base Aérea Nº 1 – Sintra (BA1).....	16
b. Base Aérea Nº 4 – Lajes (BA4).....	17
c. Base Aérea Nº 5 – Monte Real (BA5)	17
d. Base Aérea Nº 6 – Montijo (BA6)	18
e. Base Aérea Nº 11 – Beja (BA11).....	19
f. Comando Operacional da Força Aérea – Lisboa (COFA)	19
g. Aeródromo de Trânsito Nº 1 – Lisboa (AT1)	19
h. Aeródromo de Manobra Nº 1 – Ovar (AM1).....	19
i. Centro de Operações Aéreas Alternativo – Montejunto (COAA)	20

j. Estação de Radar Nº 1 – Fóia (ER1)	20
k. Campo de Tiro de Alcochete (CTA).....	20
l. Base do Lumiar – Lisboa (BALUM)	20
m. Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea – Ota (CFMTFA).....	21
n. Depósito Geral de Material da Força Aérea – Alverca (DGMFA).....	22
o. Grupo de Apoio do EMFA – Alfragide (GAEMFA)	22
p. Academia da Força Aérea – Sintra (AFA).....	22
q. Quadro resumo da situação das diversas Secções de Fardamento	22
Conclusões e recomendações	24
BIBLIOGRAFIA	27

Resumo

Este trabalho começa por definir o Sector do Fardamento na Força Aérea e analisa a sua actual organização, verificando que, a nível das diversas Unidades / Órgãos, existem diferentes formas de organização.

Para este estudo foi seguido o procedimento metodológico de Quivy, partindo-se de uma pergunta inicial da qual derivaram duas questões. Para obter informação para análise foi realizada uma pesquisa para tentar obter o máximo de documentos sobre este tema. Depois leram-se esses documentos (fundamentalmente legislação, despachos e documentos oficiais) e realizaram-se alguns inquéritos e entrevistas.

Da análise efectuada conclui-se que se torna necessário rever a regulamentação da Força Aérea Portuguesa (FAP) no que concerne à organização do Sector do Fardamento nas distintas Unidades / Órgãos, com vista quer à racionalização de meios e optimização de procedimentos quer em simplificação para o militar que tem necessidade de receber ou adquirir fardamento, aproveitando a actual fase de reorganização da Força Aérea, apontando-se para a inserção das Secções de Fardamento nas Esquadras de Abastecimento. A nível superior conclui-se pela importância da existência da Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA) e preconiza-se o seu reforço e valorização.

Abstract

This work begins by defining what the author means by the Uniform Sector of the Air Force and analyses its current organization, noting that at the level of the various Units / Organs, there are different forms of organisation.

For this study was followed the procedure of the Quivy methodology, beginning with an initial question from which two others derived. To obtain information for analysis was conducted a search to try to get the most of documents on the subject. Then these documents (basically legislation, orders and official documents) were read and some surveys and interviews were made.

The analysis concluded that it is necessary to revise the regulations of the Portuguese Air Force regarding the organization of the Uniform Sector in separate Units / Organs, with a view not only to the rationalisation of resources and optimization of procedures but also to the simplification procedures for the servicemen who need to receive or acquire uniforms, taking advantage of the current phase of reorganization of the Air Force, pointing to the inclusion of the Uniform Sections in Supply Squadrons. At the top level it is concluded that the existence of the Uniform Committee of the Air Force is important and its strengthening and enhancement are encouraged.

Palavras-chave

ABASTECIMENTO, COMISSÃO DE UNIFORMES, FARDAMENTO, FORÇA
AÉREA, OPTIMIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, REGULAMENTO DE UNIFORMES,
REORGANIZAÇÃO, SECTOR DO FARDAMENTO, UNIFORMES

Lista de Abreviaturas

ADMAER	Oficial de Administração Aeronáutica
AFA	Academia da Força Aérea
AM1	Aeródromo de Manobra nº 1
AT1	Aeródromo de Trânsito nº 1
BA1	Base Aérea nº 1
BA4	Base Aérea nº 4
BA5	Base Aérea nº 5
BA6	Base Aérea nº 6
BA11	Base Aérea nº 11
BALUM	Base do Lumiar
CAVFA	Centro de Áudio Visuais da Força Aérea
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CLAFA	Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COAA	Centro de Operações Aéreas Alternativo
COR	Coronel
CPFA	Central de Publicações da Força Aérea
CPUFA	Comissão Permanente de Uniformes da Força Aérea
CTA	Campo de Tiro de Alcochete
CUFA	Comissão de Uniformes da Força Aérea
DA	Direcção de Abastecimento
DGMFA	Depósito Geral de Material da Força Aérea
EA	Esquadra de Abastecimento
EAI	Esquadra de Administração e Intendência
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
ER1	Estação de Radar nº 1
FAP	Força Aérea Portuguesa
GAEMFA	Grupo de Apoio do Estado-Maior da Força Aérea
IGFA	Inspeção Geral da Força Aérea
MAJ	Major

MDN	Ministério da Defesa Nacional
RESES	Reserva na Efectividade de Serviço
RFA	Regulamento da Força Aérea
RMI	Repartição de Material de Intendência
RUFA	Regulamento de Uniformes da Força Aérea
SUB-CEMFA (PES)	Sub-CEMFA do Estado-Maior para o Pessoal
SIG	Sistema de Informação e Gestão
TABST	Oficial Técnico de Abastecimento
TCOR	Tenente-Coronel
VCEMFA	Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

“Consolidada a constituição da Força Aérea como ramo independente das Forças Armadas, é agora oportuno e necessário, após mais uma década de experiência, dotá-la com um elemento simultâneo distintivo e coesivo que ainda lhe falta, isto é, com uniformes que originária e exclusivamente lhe pertençam, à semelhança do que há muito acontece com a Armada e com o Exército.”

(In “RUFA 66”)

Introdução

A Força Aérea possui um uniforme próprio desde 1966, o que lhe veio finalmente trazer uma identidade própria distinguindo-a dos outros dois Ramos já existentes. Por sermos militares e termos de andar fardados parte da nossa vida, temos consciência da importância que o Sector do Fardamento tem, quer para todos os militares, quer para a própria organização. Para esta última porque o fardamento dos seus militares transmite para o exterior a sua imagem e afecta, positiva ou negativamente, essa mesma imagem. Para todos nós porque pretendemos andar bem uniformizados, porque pretendemos que os artigos de fardamento sejam os mais adequados às missões que executamos, quer em qualidade, conforto e resistência (durabilidade), e também porque pretendemos que a organização existente dê a resposta adequada às nossas necessidades e que os procedimentos para distribuir ou vender fardamento sejam os mesmos em toda a organização, não variando de Unidade para Unidade ou de acordo com a vontade dos diversos Chefes ou Comandantes.

Tem-se verificado, actualmente e desde há bastante tempo, que não existe uniformidade na organização do Sector do Fardamento na Força Aérea, nomeadamente a nível das Bases Aéreas e outras Unidades, apesar de existir regulamentação que se aplica a esta área¹. De facto, existem algumas Unidades Aéreas com a Secção de Fardamento integrada na Esquadra de Administração e Intendência e outras com a Secção de Fardamento inserida na Esquadra de Abastecimento, existindo ainda outras com duas Secções, cada uma integrada num sector diferente.

Este facto foi apontado em diversas Inspecções, gerais e funcionais, tendo a Inspeção-Geral da Força Aérea (IGFA) indicado a necessidade de se produzir regulamentação sobre esta área que uniformize a organização deste importante sector, bem como todos os procedimentos relacionados com a distribuição e venda de fardamento.

¹ Às Bases Aéreas aplica-se o RFA 305-1 (B)

A doutrina relativa à organização do Sector do Fardamento nas Unidades / Órgãos, nomeadamente o RFA 305-1 (B), aponta para a sua integração na área da Intendência.

A realidade tem demonstrado que, em face da necessidade de racionalização de meios e optimização de procedimentos, parte das Unidades / Órgãos adoptou formas de organização em que o referido sector ficou integrado na área do Abastecimento, embora mantendo o pagamento das aquisições de fardamento na Tesouraria da Esquadra de Administração e Intendência. A IGFA considera os procedimentos associados a esta solução, “eficazes, eficientes e tecnicamente correctos”, chamando no entanto a atenção para a necessidade de se proceder ao correspondente ajustamento na organização que está estatuída no referido RFA.

Por outro lado, para além da reflexão sobre a organização de base do Sector do Fardamento, importa também reflectir sobre os Órgãos que têm responsabilidades de direcção, estudo e gestão nesta área, principalmente sobre aquele que tem por finalidade o estudo e desenvolvimento de artigos de fardamento, a Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA), dada a importância deste estudo para definir os uniformes mais adequados para o pessoal que participa nas novas missões atribuídas à Força Aérea, em teatros de operações com condições muito diferentes das que existem em território nacional.

Objectivo da investigação

Com o presente trabalho, subordinado ao tema ‘*A Organização do Sector do Fardamento na Força Aérea*’, pretende-se elaborar um estudo que, partindo da actual organização, possa reflectir sobre a mesma, propor uma nova organização se for essa a conclusão a que se chegue e também servir de referência sobre este assunto às entidades com competências nesta área, porque até ao momento não se conhecem trabalhos realizados sobre o tema na vertente científica proposta para a investigação.

Importância do estudo e justificação da sua escolha

O autor deste trabalho exerce funções na Secção de Fardamento da Repartição de Material de Intendência (RMI) da Direcção de Abastecimento desde 1994 e assistiu ao longo dos últimos anos a discussões sobre o tema desta investigação, não se tendo chegado

a conclusões nem determinado a melhor organização para a Força Aérea, optando-se por deixar que cada Unidade / Órgão se organizasse por si própria.

Por outro lado assistiu a uma desvalorização continuada da Comissão Permanente de Uniformes da Força Aérea (CPUFA), mais tarde transformada na actual Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA), que foi ficando sem meios, nomeadamente humanos, para exercer as suas funções. Essas funções têm transitado periodicamente para a Secção de Fardamento da RMI que fica sobrecarregada com as funções de outro Órgão já que, nessas alturas, nunca foi reforçada com os meios humanos e materiais necessários para fazer face ao acréscimo de trabalho.

A principal motivação para a escolha deste tema reside, pois, na verificação da importância deste sector para a Força Aérea e para os seus militares, já que o fardamento transmite e projecta a imagem da Organização que representa para o exterior e é simultaneamente um meio que permite aos militares desempenharem com mais ou menos segurança e eficiência as suas funções. Nos últimos anos assistiu-se a uma diversidade de missões da Força Aérea no exterior, em teatros de operações que não eram habituais, que obrigam a respostas adequadas de todos os órgãos que fazem parte do Sector do Fardamento, nomeadamente com o estudo de novos artigos de fardamento, a sua aquisição e distribuição aos militares envolvidos nessas missões.

A experiência adquirida permite comparar as duas realidades das Secções de Fardamento das diversas Unidades / Órgãos, que embora iguais no objectivo, são diferentes na metodologia de execução, proporcionando ao Oficial-aluno a possibilidade de aumentar o conhecimento nesta área, ajudando-o a encontrar pistas conducentes à resolução dos problemas existentes.

Delimitação do estudo

Procurar-se-á definir o conceito de “Sector do Fardamento da Força Aérea” no âmbito deste trabalho.

A investigação incidirá sobre a organização que existe actualmente e na criação de hipóteses para uma nova organização que potencie os meios humanos e materiais existentes e que melhor venha a servir os interesses da Força Aérea e dos seus militares, enquanto utentes da área do fardamento.

Metodologia

Ao nível dedutivo, a investigação baseou-se numa pesquisa documental específica sobre o tema. Verificou-se que não existe bibliografia sobre este tema específico pelo que o autor se socorreu da análise da legislação existente aplicável à FAP e especificamente a este Sector, bem como de outra documentação oficial, nomeadamente Despachos, Informações e Notas.

Concorrentemente foi utilizada uma metodologia de investigação indutiva, procedendo a entrevistas com entidades responsáveis por este Sector e a inquéritos efectuados por correio electrónico aos Comandantes das Esquadras de Administração e Intendência e Esquadras de Abastecimento das Unidades / Órgãos da Força Aérea com Secção de Fardamento, personalidades que foram consideradas, pelas funções que desempenham, importantes para transmitirem a sua percepção, bem como contribuírem para a prossecução dos objectivos a que o autor se propôs atingir com a realização deste trabalho.

Para desenvolver e guiar a investigação, foi levantada a seguinte **questão central**: *”Qual a organização do Sector do Fardamento que melhor poderá servir os interesses da Força Aérea e dos seus militares?”*

Face à pergunta levantada, admitiu-se no âmbito da investigação a existência de duas **questões derivadas**:

- *“A Comissão de Uniformes da Força Aérea deve manter-se ou deve ser extinta, passando as suas competências para a Secção de Fardamento da RMI?”*
- *“De quem devem depender as Secções de Fardamento das Unidades / Órgãos da Força Aérea?”*

No âmbito da investigação e em função da pergunta de partida e das questões derivadas admitiu-se a existência de duas hipóteses, cuja validação será concretizada nas conclusões e ajudará a responder à questão central:

Hipótese 1 (H1) – A qualidade do fardamento, nomeadamente a sua adequabilidade, durabilidade e conforto, tem-se alterado através do contributo de sucessivas Comissões de Uniformes.

Hipótese 2 (H2) – As Secções de Fardamento inseridas no órgão de Abastecimento são mais eficazes e eficientes do que as inseridas no órgão de Administração das diversas Unidades / Órgãos.

Organização e conteúdo do estudo

A estrutura do trabalho inicia-se com uma introdução, seguindo-se o desenvolvimento ao longo de três capítulos e termina com a apresentação das conclusões e recomendações.

Após a introdução dedica-se um capítulo à caracterização do Sector do Fardamento na Força Aérea.

No segundo capítulo caracterizam-se os Órgãos que têm competências de decisão, estudo e gestão do fardamento, com especial incidência na Comissão de Uniformes da Força Aérea.

No terceiro capítulo pretende-se descrever a organização deste sector nas diversas Unidades / Órgãos da Força Aérea, procurando-se evidenciar as mais e menos valias existentes.

A investigação é concluída com a apresentação das principais ilações inferidas do estudo, terminando com a apresentação de recomendações consideradas adequadas ao objecto do presente trabalho.

Corpo de Conceitos

ABASTECIMENTO – conjunto de operações e procedimentos prescritos para adquirir, catalogar, aumentar à carga, armazenar, fornecer, reparar e abater materiais.

EFICÁCIA – existe eficácia quando os resultados obtidos satisfazem os objectivos previamente fixados.

EFICIÊNCIA – a eficiência avalia-se por comparação dos resultados obtidos com os meios consumidos para os obter.

FARDAMENTO – peças de vestuário e outros artigos que, quando usados, definem por simples observação visual a organização a que pertencem os seus utentes bem como a sua categoria. Fazem parte do fardamento outras peças de vestuário e artigos que completem os uniformes, que substituem artigos desses uniformes ou se usam independentemente deles, para fazer face a exigências específicas de serviço, para proteger os uniformes ou as pessoas e para melhorar a apresentação geral do pessoal. Os distintivos que representam a organização, os quadros, as especialidades, as categorias, os postos, as funções especiais, o pessoal em preparação, as funções de serviço e as unidades, consideram-se também fardamento.

INTENDÊNCIA – serviço logístico que tem por missão a obtenção, armazenamento e reabastecimento de víveres, combustíveis e lubrificantes, material de expediente e de limpeza.

ORGANIZAÇÃO – o modo como se dispõe um sistema, composto por uma estrutura física, tecnológica e pessoal, destinado à consecução de um objectivo comum.

1. Sector do Fardamento na Força Aérea

No âmbito do presente estudo considera-se que o Sector do Fardamento na Força Aérea é constituído por todos os Órgãos que têm acção directa sobre os diferentes assuntos relacionados com fardamento militar, entendendo-se como acção directa os actos de direcção, estudo, gestão, aquisição, distribuição, venda, registo, abate e troca de fardamento.

No contexto enunciado, e atendendo à actual organização da Força Aérea, consideram-se os seguintes Órgãos como os que fazem parte do Sector do Fardamento:

- Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea (CLAFA)
- Direcção de Abastecimento (DA)
- Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA)
- Repartição de Material de Intendência (RMI)
- Secção de Fardamento da RMI
- Secções de Fardamento das diversas Unidades / Órgãos da Força Aérea

Para efeitos do presente estudo dividem-se estes Órgãos em dois sectores, incluindo-se no primeiro desses sectores os que possuem funções de direcção, estudo e gestão (o CLAFA, a DA, a CUFA, a RMI e a sua Secção de Fardamento) e no outro sector os órgãos com funções de execução e atendimento aos militares (Secções de Fardamento das diversas Unidades / Órgãos), descrevendo-se nos dois capítulos seguintes as suas funções e a sua importância para este sector, com as vantagens e desvantagens enunciadas por alguns responsáveis.

No âmbito deste trabalho designar-se-á por **Secção de Fardamento** a área de uma Unidade / Órgão da Força Aérea que tenha por função distribuir, trocar ou vender fardamento, independentemente da sua designação ser Secção de Fardamento, Sector de Fardamento, Armazém de Fardamento ou Loja de Fardamento.

No mesmo sentido designar-se-á por **Esquadra de Abastecimento** (EA) o órgão de Abastecimento, independentemente de se designar por Esquadra de Abastecimento, Esquadrilha de Abastecimento, Secção de Abastecimento ou Sector de Abastecimento.

As Esquadras de Administração e Intendência, Esquadras de Administração, Esquadrilhas de Intendência designar-se-ão genericamente por **Esquadra de Administração e Intendência** (EAI).

2. Órgãos do Sector do Fardamento com responsabilidades de direcção, estudo e gestão

Os Órgãos da Força Aérea com responsabilidades de direcção, estudo e gestão na área do Sector do Fardamento são os que seguidamente se discriminam, descrevendo-se para cada um o que se considera mais importante em relação aos objectivos do presente estudo.

a. Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea (CLAFA)

O CLAFA é o órgão central de administração e direcção que, na dependência directa do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), é responsável pela administração dos recursos materiais e financeiros da Força Aérea.

Ao CLAFA incumbe em especial, na área do fardamento, estudar e informar os assuntos relacionados com uniformes e artigos de fardamento, mantendo em contínua actualização o Regulamento de Uniformes da Força Aérea (RUFA)².

Se bem que possua esta incumbência o CLAFA não possui nenhum órgão próprio para exercer estas competências, pelo que se considera que o faz através da Direcção de Abastecimento.

b. Direcção de Abastecimento (DA)

A Direcção de Abastecimento tem por missão dirigir tecnicamente a função abastecimento e promover a sua gestão por artigo, incluindo a reposição dos níveis estabelecidos, através da aquisição, da recepção, da armazenagem, da distribuição e do abate³.

Esta Direcção, através da sua Repartição de Material de Intendência, exerce autoridade funcional, na área de fardamento, sobre todas as Unidades e Órgãos da Força Aérea. Incumbe-lhe assegurar a gestão do fardamento, incluindo a determinação das quantidades a adquirir, a aquisição, a recepção, o controle de qualidade, a armazenagem, a distribuição e o abate. Compete-lhe, ainda, exercer inspecção técnica sobre o sector do fardamento.

² Dec. Regulamentar n° 52/94 de 03SET, alínea n) do n° 2 do art° 2°

³ Dec. Regulamentar n° 52/94 de 03SET, art° 6°

Para além disso, é desta Direcção que emana toda a legislação de carácter executivo (circulares técnicas, notas e mensagens), nomeadamente tudo o que diz respeito a participações, dotações de fardamento, espólios e abates de fardamento, entre outros.

Compete-lhe ainda, “*estudar e informar os assuntos relacionados com uniformes e artigos de fardamento, mantendo em contínua actualização o Regulamento de Uniformes da Força Aérea (RUFA) e a sua distribuição*”⁴. Para exercer esta competência, e por não estar previsto no Decreto Regulamentar n.º 52/94 de 3 de Setembro o seu exercício por nenhuma das Repartições compreendidas na DA, foi criada a Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA) por Despacho do CEMFA.

c. Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA)

A actual Comissão de Uniformes da Força Aérea (CUFA) foi criada pelo Despacho n.º 38/02/A do CEMFA de 5 de Novembro de 2002 e funciona na dependência do Director da Direcção de Abastecimento, a quem compete providenciar o apoio logístico e administrativo às reuniões da Comissão.

É constituída por três Oficiais, no activo ou na reserva, nomeados pelo CEMFA, sob proposta do Comandante do CLAFA, sendo presidida pelo elemento mais antigo.

Os oficiais nomeados para a CUFA foram o COR RESES TMMT Francisco Silva, que assumiu as funções de Presidente da CUFA, o TCOR TABST António Ramos (que na altura da nomeação era MAJ e desempenhava a função de Chefe da Secção de Fardamento da RMI) e o MAJ TPAA Lobo da Fonseca, que estava colocado no CPESFA. Há cerca de três anos (em 15 de Junho de 2005) o TCOR Ramos foi transferido para a BA1, onde exerce actualmente a função de Comandante do Grupo de Apoio, não tendo sido substituído nas suas funções na CUFA, pelo que continua, em princípio, a desempenhar essas mesmas funções apesar de na prática o não fazer. O COR Silva foi desligado de serviço há cerca de seis meses (em 4 de Setembro de 2007) e também não foi substituído. Verifica-se que a CUFA deixou de funcionar apesar de não existir qualquer documento que o refira, tendo as suas atribuições sido assumidas pela Secção de Fardamento da RMI, que não teve qualquer reforço de pessoal para este efeito.

Para além dos três oficiais mencionados poderão ser chamados a participar nas reuniões da CUFA representantes dos diversos órgãos da Força Aérea, bem como poderá

⁴ Dec. Regulamentar n.º 52/94 de 03SET, alínea m) do art.º 7.º

ser oficialmente solicitada a colaboração de entidades exteriores à Força Aérea com vista à assessoria técnica dos assuntos a tratar.

É competência da CUFA estudar e elaborar pareceres sobre assuntos relacionados com uniformes e demais artigos de fardamento, contribuindo para a contínua actualização do RUFA. Compete-lhe, em especial, por sua iniciativa ou em resultado de sugestões, propostas ou informações que lhe sejam enviadas pelos Comandos, Direcções ou Chefias, estudar e propor para aprovação todos os assuntos relacionados com o RUFA, designadamente novos modelos dos uniformes e demais artigos de fardamento; a composição dos uniformes para as diferentes situações; as especificações técnicas dos materiais a usar; as especificações técnicas aplicáveis à confecção dos artigos de fardamento e as dotações dos diversos artigos de fardamento.

Compete-lhe ainda apoiar a DA no âmbito das competências que lhe estão atribuídas.

A actual CUFA veio substituir a CUFA que tinha sido criada através do Despacho nº 27/95/A, de 14 de Junho, do CEMFA, com a alegação de que esta carecia de remodelação para poder responder, com maior oportunidade e de forma mais actuante, à finalidade para que foi criada.

Comparando-se os dois Despachos verifica-se que as Comissões tinham as mesmas atribuições e que as diferenças entre as mesmas têm fundamentalmente a ver com a sua composição. Assim em vez dos três Oficiais que compõem a actual CUFA, a anterior era constituída por Oficiais representantes do COFA, CPESFA, 1ª Divisão do EMFA, 4ª Divisão do EMFA, AFA, 3ª Repartição da DA (actual RMI) e Grupo de Trabalho para o Serviço Militar Feminino na Força Aérea.

Por outro lado a sua dependência não era clara porque enquanto em relação à actual CUFA se refere que funciona na dependência do Director da DA, a anterior referia que funcionava junto da DA, submetendo as deliberações propostas a aprovação do CEMFA.

De realçar que no preâmbulo deste último Despacho se considerava que sem permanente estudo e análise de qualidade, apresentação, manufactura e uniformidade dos uniformes e demais artigos de fardamento não é possível conseguir o rigoroso atavio aos militares da Força Aérea.

A primeira Comissão Permanente de Uniformes da Força Aérea (CPUFA) surgiu por imposição do Decreto-Lei nº 270/78, de 1 de Setembro, e foi criada pelo Despacho nº 34 de 12 de Setembro de 1978 do CEMFA, tendo vindo colmatar a falta de um órgão

adequado para a introdução de alterações no uniforme, permitindo, dentro de certos limites, a evolução social e técnica da sociedade em que a organização militar está inserida.

O referido Decreto-Lei atribuía à CPUFA o estudo para actualização contínua do RUFA e indicava que a sua composição, atribuição e funcionamento seriam fixados por despacho do CEMFA. Referia ainda que as alterações ao disposto no RUFA seriam precedidas de estudo e parecer desta Comissão e que as disposições constantes do RUFA só poderiam ser alteradas depois do assunto ter sido estudado pela CPUFA.

A CPUFA funcionava na dependência directa do Vice-CEMFA e era constituída pelos seguintes Oficiais: Sub-CEMFA do Estado-Maior para o Pessoal [SUB-CEMFA (PES)]; Chefe da 1ª Divisão do EMFA; Chefe da 4ª Divisão do EMFA e Chefe da 1ª Repartição de Intendência da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade (actual RMI).

A CPUFA era presidida pelo Sub-CEMFA (PES) e tinha as seguintes atribuições:

- a. Atender e dar seguimento às iniciativas, determinações ou sugestões respeitantes a uniformes, emanadas das autoridades superiores;
- b. Receber dos comandos, direcções ou chefias das unidades e serviços as sugestões, propostas ou informações que lhe forem endereçadas, relativas a uniformes;
- c. Estudar as alterações que sejam convenientes introduzir no Regulamento de Uniformes da Força Aérea (RUFA);
- d. Propor ao Vice-CEMFA as medidas necessárias para que se mantenha actualizado o RUFA;
- e. Contactar as entidades que achar oportuno, com vista a aperfeiçoar o conhecimento dos assuntos de cujo estudo estiver encarregada;
- f. Submeter ao Vice-CEMFA todas as suas deliberações;
- g. Providenciar a publicação, distribuição e controlo do RUFA e das respectivas alterações.

Este órgão reunia quando fosse determinado pelo seu presidente, não havendo qualquer periodicidade estabelecida.

Mais tarde, cerca de nove anos após a sua criação, e para que a Comissão pudesse responder com maior oportunidade e de forma mais actuante à finalidade para que foi criada, procedeu-se à sua remodelação através do Despacho nº 1/87 de 19JAN do CEMFA.

As determinações estabelecidas por este Despacho, provocaram alterações consideráveis nas atribuições e orgânica da citada Comissão conforme se demonstra:

Em termos de organização a CPUFA passou a inserir-se no CLAFA, submetendo superiormente deliberações e propostas através do respectivo Comandante. Era presidida por um oficial-general do activo ou da reserva e integrava um número máximo de seis elementos que seriam os oficiais superiores nela colocados, o Chefe da 1ª Divisão do EMFA, o Chefe da 5ª Repartição da Direcção de Abastecimento (actual RMI), o Chefe do Centro de Audiovisuais (CAVFA) e o Chefe da Central de Publicações (CPFA).

A CPUFA tinha por missão estudar e informar os assuntos relacionados com uniformes e artigos de fardamento, mantendo em contínua actualização o Regulamento de Uniformes da Força Aérea e a sua distribuição. Para cumprimento da sua missão tinha como atribuições:

(1) Por sua iniciativa ou em resultado de sugestões, propostas ou informações que lhe forem endereçadas pelos comandos, direcções e chefias, estudar e propor para aprovação todos os assuntos relacionados com o RUFA, designadamente nas seguintes áreas:

- (a) Modelos dos artigos de uniforme;
- (b) Composição dos uniformes para as diferentes situações;
- (c) Especificações técnicas aplicáveis à confecção dos artigos de uniforme;
- (d) Especificações técnicas dos materiais a usar;
- (e) Dotações.

(2) Preparar breves exposições na presença de novos materiais e modelos de soluções, para esclarecimento e apreciação superior.

(3) Uma vez sancionadas, preparar e fazer publicar as alterações ao RUFA.

(4) Apoiar, em matéria de uniformes e de artigos de fardamento, a Direcção de Abastecimento do CLAFA, mantendo com este órgão estreita coordenação e informação no âmbito das tarefas e responsabilidades que lhe estão cometidas, designadamente no respeitante a:

- (a) Fontes de fornecimento de materiais e de confecção de artigos;
- (b) Ligação a estabelecimentos laboratoriais para estudo de materiais e controlo de qualidade.

(5) No âmbito da alínea anterior, manter um seu membro como delegado da Força Aérea/CLAFA, junto das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE).

(6) Providenciar pelo integral cumprimento do RUFA actuando pelo esclarecimento e colaboração junto dos comandos, direcções e chefias.

(7) Manter em dependência apropriada, um mostruário de artigos de uniforme da Força Aérea.

Da análise efectuada às quatro Comissões de Uniformes que a Força Aérea já possuiu verifica-se que a primeira dependia do Vice-CEMFA, a segunda do CLAFA, a terceira tinha uma dependência indefinida e a quarta e actual depende do Director da DA. As duas primeiras eram presididas por Oficiais Gerais e as duas últimas foram presididas por Coronéis. As três primeiras tinham uma composição alargada, na qual estavam representados os Comandos / Órgãos mais importantes da Força Aérea, estando também sempre representada a Direcção de Abastecimento através do Chefe da Repartição com responsabilidades de gestão na área do Fardamento. A actual dispõe apenas de três Oficiais, dos quais apenas o Presidente estava em exclusividade, já que os restantes dois Oficiais acumulavam esta função com as suas funções principais noutras áreas. As duas primeiras eram designadas como “**Permanentes**” e as duas últimas já não.

E porquê a designação de “permanente” numa Comissão? Porque uma comissão é, em princípio, temporária, constituída para estudar um determinado assunto e que se extingue quando esse estudo é concluído. Ora entendeu-se que os assuntos “**fardamento**”, “**uniformes**”, “**regulamento de fardamento**”, são permanentes e existirão enquanto existir a Força Aérea, sendo necessário que o seu estudo seja contínuo e actual.

Por esse facto a comissão que estuda o fardamento e os uniformes deveria ser permanente, ter um local e um orçamento próprio, possuir um número mínimo de elementos em exclusividade, nos quais se incluiria obrigatoriamente o seu Presidente, devendo ser a responsável pela contínua actualização do RUFA e pela sua distribuição.

Todos os entrevistados - o Director da DA, o seu Subdirector, o Chefe da RMI da DA e o Chefe Interino da Secção de Fardamento da RMI – foram unânimes na afirmação da importância da existência de um órgão como a Comissão de Uniformes, com atribuições reforçadas e colocada ao mais alto nível na nossa organização.

d. Repartição de Material de Intendência (RMI)

Compete à Repartição de Material de Intendência da DA exercer, no seu âmbito, as seguintes competências em relação à área do fardamento: realizar a gestão dos artigos de fardamento que inclui programar e promover a execução dos planos aprovados, receber os cálculos das necessidades ou previsões de consumo, estabelecer as quantidades a adquirir e promover a obtenção de todos os artigos, promover a uniformização e catalogação desses

artigos, regulamentar e assegurar a sua recepção, controlo de qualidade, armazenagem e distribuição, bem como o seu abate.

e. Secção de Fardamento da RMI

A Secção de Fardamento da RMI tem como missão a gestão do material da área da sua competência, nomeadamente programar e executar os planos actuais de aquisição de artigos de fardamento, proceder à aquisição de fardamento para pessoal militar e civil da Força Aérea, de acordo com as necessidades previstas, proceder à aquisição de artigos de equipamento de campanha, de acordo com as necessidades apresentadas pelo COFA, proceder à aquisição de medalhas e condecorações, para satisfação das necessidades apresentadas pelo Serviço de Justiça e Disciplina, controlar as requisições, distribuir o material, controlar as existências de fardamento no DGMFA e nas Unidades, estabelecer contactos com organismos militares e civis, nacionais ou estrangeiros, por forma a assegurar a troca de dados e documentação técnica respeitante a fardamento, elaborar propostas para legislação, circulares e directivas técnicas de fardamento, participar em Inspeções Técnicas nas áreas da sua competência, gerir o sistema informático associado ao fardamento (SIG) e colaborar com a CUFA no sentido de estudar e informar os assuntos relacionados com uniformes e artigos de fardamento, mantendo em contínua actualização o RUFA e a sua distribuição.

Actualmente e desde que o Presidente da CUFA foi desligado de serviço passou a desempenhar as competências desta Comissão, nomeadamente na emissão de pareceres sobre uniformes de empresas de segurança, análise de requerimentos dirigidos ao CEMFA para uso de distintivos não previstos no RUFA e avanço de alguns estudos pendentes sobre novos artigos de fardamento.

A substituição das actuais botas, o desenvolvimento de um novo uniforme pré-natal, a criação de um uniforme para a especialidade de Serviço de Hotelaria e Subsistências (SHS) e outro para o Serviço de Saúde (SS), a análise da substituição do actual uniforme de campanha, a introdução dos novos uniformes de campanha para climas tropicais e desérticos, dos uniformes para climas frios e árticos, o estudo dos mapas com as dotações e duração dos artigos de fardamento, são exemplos dos estudos a efectuar. A revisão do actual RUFA, já com dez anos e com muitas alterações, será outras das tarefas a efectuar.

Para desempenhar todas as suas atribuições dispõe apenas de três militares: um TEN TABST, que desempenha interinamente as funções de Chefe de Secção, uma ALF RHL, que presta assessoria técnica na área de Engenharia Têxtil e uma CADJ ABST que desempenha funções administrativas e de apoio.

Em relação aos Órgãos da Força Aérea com responsabilidades de direcção, estudo e gestão na área do Sector do Fardamento, ou seja, o CLAFA, a DA, a CUFA, a RMI e a sua Secção de Fardamento, é opinião dos entrevistados mencionados anteriormente que esta organização se deve manter, com excepção da CUFA, que deve ter as suas competências reforçadas e deve deixar de depender do Director da DA e passar a depender de outro órgão, colocado a um nível superior na organização da Força Aérea.

3. Organização das Secções de Fardamento nas Unidades / Órgãos da FAP

As Unidades / Órgãos da Força Aérea que dispõem de Secção de Fardamento são as que a seguir se descrevem, descrevendo-se em relação a cada uma a situação da respectiva Secção de Fardamento e a opinião dos Comandantes das Esquadras de Administração e Intendência (EAI), das Esquadras de Abastecimento (EA) e dos Chefes de Secção que responderam aos inquéritos enviados.

a. Base Aérea N° 1 – Sintra (BA1)

A Secção de Fardamento da BA1 está inserida na Esquadra de Abastecimento.

O Comandante da EA entende que a organização existente é a que melhor serve os interesses da Força Aérea e dos militares que necessitam de obter fardamento.

As vantagens apontadas para as Secções de Fardamento estarem inseridas nas Esquadras de Abastecimento são as seguintes:

- Os efectivos das Esquadras de Abastecimento, pela sua formação e experiência, estão mais vocacionadas para a gestão de *stocks* e respectivos registos em sistema;
- Evita que existam, na prática, dois armazéns (um por cada Esquadra);
- Concentra numa só Esquadra todo o ciclo de abastecimento (no âmbito das Unidades), assegurando deste modo uma maior fluidez de procedimentos;
- Diminui o número de efectivos afectos ao fardamento (em benefício das Esquadras de Administração e Intendência);
- O problema das Secções de Fardamento receberem dinheiro está ultrapassado porque o sistema informático SIG prevê a realização de vendas por desconto em vencimento, que será processado e controlado pelas Esquadras de Administração e Intendência.

Por sua vez o Comandante da EAI entende que, pelo facto do sector se encontrar centralizado, serve os interesses dos militares, uma vez que estes fazem tudo no mesmo local. No entanto defende que esta organização não serve os interesses da Força Aérea porque a venda e distribuição de fardamento não deve estar no mesmo local onde é, ou deveria ser, controlada a armazenagem de todos os bens dentro de uma Unidade.

A melhor organização deste sector seria se o mesmo, depois de sofrer algumas melhorias, fosse centralizado nas Esquadrilhas de Intendência, porque entende que não é missão das Esquadras de Abastecimento, por enquanto, vender o quer que seja.

Julga ainda o Comandante da EAI que o facto da Secção de Fardamento estar inserida na Esquadra de Abastecimento só tem desvantagens, porque não se pode colocar a armazenagem, venda, distribuição e abate no órgão que deveria fazer a supervisão da armazenagem, nem sobre a dependência da mesma pessoa. Entende que a Secção de Fardamento poderá não estar inserida na Esquadrilha de Intendência, podendo a venda e distribuição de fardamento encontrar-se em qualquer lugar dentro de uma Unidade, desde que não esteja na dependência do órgão que controla a armazenagem, ou seja, na Esquadra de Abastecimento.

A vantagem deste sector estar inserido na Esquadra de Administração e Intendência é porque é na dependência desta que se encontra o único cofre existente na Unidade, que é o único que pode receber dinheiro. É também na dependência desta subunidade que se encontra a secção de vencimentos, onde são processados os descontos no vencimento referentes à aquisição de fardamento.

Refere, ainda, o Comandante da EAI que não se deve confundir armazenagem, supervisão e controlo de armazenagem, para a qual as Esquadras de Abastecimento estão realmente vocacionadas, com a venda de fardamento, recebimento de dinheiro e descontos no vencimento, para os quais as Esquadras de Abastecimento não têm qualquer formação. A organização estipulada no RFA 305-1 (B) parece-lhe a mais adequada com a integração do armazém de Fardamento nos Sectores de Fardamento, com uma supervisão efectiva da armazenagem das Esquadras de Abastecimento.

b. Base Aérea Nº 4 – Lajes (BA4)

A Secção de Fardamento da BA4 está inserida na Esquadra de Administração e Intendência.

c. Base Aérea Nº 5 – Monte Real (BA5)

A Secção de Fardamento da BA5 está inserida na Esquadra de Administração e Intendência.

O Comandante da EA entende que a organização existente não é a que melhor serve os interesses da Força Aérea e dos militares que necessitam de obter fardamento, ficando estes interesses melhor servidos se a Secção de Fardamento dependesse da Esquadra de Abastecimento.

As vantagens das Secções de Fardamento dependerem das Esquadras de Abastecimento são as seguintes:

- Princípio da “face única para o utilizador e para o fornecedor”, ou seja, a existência de uma única entidade na Base que trata de todos os assuntos relacionados com Fardamento, quer seja para o utilizador final quer seja ao nível do gestor central. Desta forma não há diluição de responsabilidades, nem duplicação de comunicação com o gestor (EAI – DA – EAI mais EA – DA – EA).

- Por outro lado, a nível de aconselhamento e de cumprimento do estipulado pelo RUFA, a EAI não está vocacionada para isso, originando um vazio que pode ser prejudicial à doutrina estabelecida quanto ao uso correcto do fardamento.

- A EA, pela natureza da sua missão, é o ponto de entrada de todo o material adquirido ou fornecido pela cadeia de abastecimento. Logo, só haveria necessidade de recepcionar o fardamento uma vez quando o material chega à Unidade. A mesma entidade que recepciona faria toda a gestão do depósito uma vez que o mesmo estaria na dependência directa da EA. Por outro lado evitaria mais deslocações físicas dos artigos, pois os depósitos podem estar longe do local de recepção.

- Na mesma lógica, deverá ser a EA a apresentar as necessidades de fardamento ao gestor. Tudo seria mais simples se as subunidades apresentassem as suas necessidades directamente à EA, como fazem para o restante material, em vez de o terem que fazer à EAI, que por sua vez replica para a EA.

d. Base Aérea Nº 6 – Montijo (BA6)

A Secção de Fardamento da BA6 está inserida na Esquadra de Abastecimento.

O Chefe da Secção de Fardamento da BA6 é da opinião de que a organização onde está inserido o Sector de Fardamento não tem grande relevância, dado que se trata de um sector que trabalha autonomamente, apenas necessitando do apoio logístico da Esquadra de Abastecimento para a recepção de fardamento, recepção e envio de correspondência formal. Por outro lado é necessário existir também a ligação à Esquadra de Administração e Intendência para se efectuar os pagamentos da venda de fardamento.

Também entende que não se pode falar de vantagens ou desvantagens pelo facto da Secção de Fardamento estar integrada na EA ou na EAI, porque se trata apenas de uma questão de uniformização da organização, requerendo é uma estreita cooperação entre

Esquadra / Sector, a nível logístico e de recursos humanos, sem contudo alterar a sua autonomia, pelo carácter específico do serviço prestado à Força Aérea.

Refere ainda este responsável que, em sua opinião, e seguindo a lógica de toda a gestão do fardamento estar inserida na Direcção de Abastecimento e esta dirigir tecnicamente a função abastecimento, seria natural que as Secções de Fardamento estivessem inseridas nas Esquadras de Abastecimento.

Sugere também que seja alvo de estudo a forma de agilizar as trocas e vendas de fardamento, optimizando o sistema informático (SIG), mais vocacionado para a gestão de armazém e menos eficaz no atendimento aos militares, dificultando por vezes a fluidez de processos. Torna-se necessário tornar o sistema mais prático e rápido, no interesse de uma melhor produtividade da secção. Por sua vez a Secção deveria ser objecto de um estudo que conduza á modernização das instalações, com a concepção do espaço de armazenamento e de atendimento, bem como dos equipamentos indispensáveis a um melhor acondicionamento e distribuição de fardamento

e. Base Aérea Nº 11 – Beja (BA11)

A Secção de Fardamento da BA11 está inserida na Esquadra de Administração e Intendência mas prepara, a muito curto prazo, a sua transferência para a Esquadra de Abastecimento.

f. Comando Operacional da Força Aérea – Lisboa (COFA)

A Secção de Fardamento do COFA está inserida na Esquadra de Abastecimento.

g. Aeródromo de Trânsito Nº 1 – Lisboa (AT1)

A Secção de Fardamento do AT1 está integrada na Esquadrilha de Administração e Intendência.

h. Aeródromo de Manobra Nº 1 – Ovar (AM1)

A Secção de Fardamento do AM1 está inserida na Secção de Abastecimento, que por sua vez está inserido na Esquadrilha de Administração e Intendência, já que esta Unidade dispõe de uma organização diferente de qualquer outra Unidade.

i. Centro de Operações Aéreas Alternativo – Montejunto (COAA)

A Secção de Fardamento do COAA está inserida na Esquadrilha de Abastecimento.

j. Estação de Radar Nº 1 – Fóia (ER1)

A Secção de Fardamento da ER1 está inserida na Esquadrilha de Abastecimento.

k. Campo de Tiro de Alcochete (CTA)

A Secção de Fardamento do CTA está inserida na Esquadrilha de Abastecimento.

l. Base do Lumiar – Lisboa (BALUM)

A Secção de Fardamento da BALUM está inserida na Esquadrilha de Abastecimento.

O Comandante da Esquadrilha de Abastecimento entende que a organização existente é a que melhor serve os interesses da Força Aérea e dos militares que necessitam de obter fardamento.

Considera, ainda, que as vantagens da Secção de Fardamento estar inserida na Esquadrilha de Abastecimento são as seguintes:

- Todos os procedimentos administrativos como sejam a requisição, recepção e distribuição, assim como a armazenagem do fardamento, são funções inerentes à especialidade de Abastecimento;

- Todo o pessoal da especialidade de Abastecimento está habilitado para desempenhar qualquer tarefa no que respeita à gestão do Fardamento;

- Acresce que sendo a gestão do Fardamento uma função logística é de toda a conveniência que a mesma esteja inserida na área do Abastecimento. Considera que a função financeira, como seja o recebimento de dinheiro proveniente das vendas ou, em alternativa, o processamento para desconto no vencimento, deve continuar a ser efectuada pela Esquadra de Administração e Intendência, já que por uma questão de transparência estas funções (logística e financeira) devem continuar separadas.

Por sua vez o Comandante da EAI também entende que a organização existente na sua Unidade é a que melhor serve os interesses da Força Aérea e dos militares que necessitam de obter fardamento.

Declara não ter opinião formada sobre as vantagens e desvantagens de a Secção de Fardamento estar inserida na Esquadra de Administração e Intendência ou na Esquadra

de Abastecimento e crê que o que é importante é que cada Unidade encontre a melhor maneira de se organizar cumprindo os pressupostos da gestão do Fardamento (stocks/armazenagem/etc.) e não a obrigatoriedade (rigidez) de estar integrada em determinado órgão. Essa flexibilidade seria uma vantagem face à cada vez maior escassez de recursos humanos.

m. Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea – Ota (CFMTFA)

O CFMTFA é uma Unidade que, pela sua natureza (instrução e formação), tem associada uma significativa movimentação de fardamento, pelo que dispõe de duas Secções de Fardamento. Uma das Secções efectua apenas distribuições e trocas de fardamento por conta do Estado, nomeadamente aos recrutas e alunos dos diversos cursos e está inserida na Esquadrilha de Abastecimento. A outra Secção, com a designação de Loja de Fardamento, está inserida na Esquadra de Administração e Intendência e efectua apenas vendas de fardamento, sendo abastecida pela Esquadra de Abastecimento.

O Comandante da Esquadrilha de Abastecimento entende que, na organização existente no CFMTFA, os interesses da Força Aérea e dos militares não são minimamente afectados, visto que o objectivo de colocar o fardamento à disposição de quem dele precisa é integralmente conseguido.

Aponta ainda que embora os resultados desta organização sejam satisfatórios, a mesma organização origina inúmeras transferências internas entre armazéns, para se conseguir vender num armazém independente da Esquadrilha de Abastecimento.

Julga que estando a Secção de Fardamento na dependência da Esquadrilha de Abastecimento se podem evidenciar como vantagens a inexistência da elaboração das transferências internas, a redução da possibilidade de ruptura de stock no armazém das vendas fora da Esquadrilha de Abastecimento, visto nem sempre ser possível prever com algum rigor os artigos e quantidades que vão ser vendidos. Verificar-se-ia como desvantagem a necessidade que a Esquadrilha de Abastecimento teria em lidar directamente com dinheiro, visto que além de estar fora de natureza das competências da Esquadrilha, acrescentava enorme responsabilização à mesma. No entanto essa desvantagem poderia ser obviada se fosse determinado internamente que a única forma de pagamento seria exclusivamente por desconto no vencimento dos militares adquirentes de fardamento.

n. Depósito Geral de Material da Força Aérea – Alverca (DGMFA)

A Secção de Fardamento do DGMFA está integrada na Esquadra de Administração e Intendência. Esta secção funciona em conjunto com as Secções de Combustíveis e Lubrificantes, Material de Higiene e Limpeza e Material de Expediente. Todas estas tarefas são desempenhadas por dois militares, um sargento e uma praça.

O Comandante da EAI entende que é indiferente a Secção de Fardamento estar dependente da EAI ou da EA, porque o importante é que cumpra com o que for superiormente definido e possa servir bem os militares que necessitam de fardamento. Neste momento o grande problema nesta Unidade é a falta de pessoal, o que conduz a acumulação de funções e diminui a qualidade do controlo e a qualidade dos serviços prestados.

o. Grupo de Apoio do EMFA – Alfragide (GAEMFA)

O GAEMFA, à semelhança do CFMTFA, dispõe de duas Secções de Fardamento. Uma das Secções efectua apenas distribuições de fardamento e está inserida na Esquadra de Abastecimento. A outra Secção, com a designação de Loja de Fardamento, está inserida na Esquadra de Administração e Intendência e efectua apenas vendas de fardamento, sendo abastecida pela Esquadra de Abastecimento.

p. Academia da Força Aérea – Sintra (AFA)

A Secção de Fardamento da AFA está inserida na Esquadra de Abastecimento.

q. Quadro resumo da situação das diversas Secções de Fardamento

Para facilitar a observação da actual situação das Secções de Fardamento nas diversas Unidades / Órgãos da Força Aérea, apresenta-se o seguinte quadro resumo:

	Secção de Fardamento na Esquadra de Abastecimento	Secção de Fardamento na Esquadra de Administração e Intendência
BA 1	X	
BA 4		X
BA 5		X

BA 6	X	
BA 11		X
COFA	X	
AT 1		X
AM 1	X	
COAA	X	
ER 1	X	
CTA	X	
BALUM	X	
CFMTFA	X	X
DGMFA		X
GAEMFA	X	X
AFA	X	
	11	7

Existem onze Secções de Fardamento inseridas nos Órgãos de Abastecimento e sete nos Órgãos de Administração. Refira-se ainda que a muito curto prazo a Secção de Fardamento da BA11 será transferida para a Esquadra de Abastecimento.

De acordo com entrevista efectuada ao actual Chefe Interino da Secção de Fardamento da RMI, verifica-se que existem mais problemas a nível de utilização do SIG e de regularização de stocks nas Secções de Fardamento inseridas nas EAI, nomeadamente na BA5 e BA11, o que traduz uma menor eficácia dessas secções.

Conclusões e recomendações

Face à importância do Sector do Fardamento na Força Aérea, foi proposto a elaboração de um estudo que analisasse a sua actual organização e efectuasse uma proposta de nova organização, se o estudo a isso conduzissem.

Para desenvolver e guiar a investigação, foi levantada a seguinte questão central: ***”Qual a organização do Sector do Fardamento que melhor poderá servir os interesses da Força Aérea e dos seus militares?”***

Para responder a esta questão procedeu-se a uma pesquisa documental sobre o tema, verificando-se que não existe bibliografia sobre o mesmo, pelo que se analisou a legislação existente aplicável a este sector e outra documentação oficial. Depois seleccionaram-se entidades com responsabilidade neste sector que pudessem contribuir com a sua opinião, para a resposta à pergunta de partida.

Entendeu-se dividir o sector em duas partes, uma englobando os órgãos com responsabilidades de direcção, estudo e gestão do fardamento e outra com os órgãos de execução. Para cada uma destas partes elaboraram-se duas questões derivadas:

- ***“A Comissão de Uniformes da Força Aérea deve manter-se ou deve ser extinta, passando as suas competências para a Secção de Fardamento da RMI?”***
- ***“De quem devem depender as Secções de Fardamento das Unidades / Órgãos da Força Aérea?”***

No âmbito desta investigação e em função da pergunta de partida e das questões derivadas admitiu-se a existência de duas hipóteses, cuja validação será concretizada nas conclusões:

Hipótese 1 (H1) – A qualidade do fardamento, nomeadamente a sua adequabilidade, durabilidade e conforto, tem-se alterado através do contributo de sucessivas Comissões de Uniformes.

Hipótese 2 (H2) – As Secções de Fardamento inseridas no órgão de Abastecimento são mais eficazes e eficientes do que as inseridas no órgão de Administração das diversas Unidades / Órgãos.

Em relação aos Órgãos da Força Aérea com responsabilidades de direcção, estudo e gestão na área do Sector do Fardamento, nomeadamente o CLAFA, a DA, a CUFA, a RMI e a sua Secção de Fardamento, conclui-se que esta organização se deve manter, reposicionando-se a CUFA e reforçando a sua importância.

Os uniformes e os artigos de fardamento que os compõem estão em constante evolução, quer por razões de ordem tecnológica, quer por questões de adequabilidade às novas missões que vão sendo atribuídas aos militares da Força Aérea, exigindo um estudo contínuo que deve ser efectuado por um órgão próprio.

Por outro lado a existência desse órgão – a Comissão de Uniformes – está prevista no próprio RUFA, nomeadamente nos seus artigos 234º e 235º. A sua acção ao longo dos anos tem conduzido a um aumento da qualidade do fardamento, tendo essa acção sido mais eficaz quando a comissão tinha a designação de “permanente” e era presidida por um Oficial General, já que produziu dois novos Regulamentos de Uniformes.

Quando a Comissão não existe as suas funções têm sido assumidas pela Secção de Fardamento da RMI da Direcção de Abastecimento. Esta tenta desempenhá-las da melhor forma possível, mas com dificuldades acrescidas dado nunca ter sido reforçada com os meios indispensáveis. Este facto tem impedido o desenvolvimento dos muitos estudos pendentes, nomeadamente a revisão do actual RUFA, a substituição das botas, o desenvolvimento de um novo uniforme pré-natal, a criação de um uniforme para a especialidade de Serviço de Hotelaria e Subsistências (SHS) e outro para o Serviço de Saúde (SS), a análise da substituição do actual uniforme de campanha, a introdução dos novos uniformes de campanha para climas tropicais e desérticos, dos uniformes para climas frios e árticos, o estudo dos mapas com as dotações e duração dos artigos de fardamento, etc.

Concluiu-se, da análise histórica efectuada, bem como das opiniões recolhidas nas entrevistas, que é do interesse da Força Aérea a existência de uma Comissão de Uniformes, de preferência com a qualificação de “Permanente”, presidida por um Oficial General, na dependência do VCEMFA, que possua um núcleo mínimo de pessoal efectivo e uma composição que reflecta as diversas opiniões, experiências e sensibilidades da Força Aérea, da qual faça parte obrigatoriamente o Chefe da Secção de Fardamento da RMI ou, em alternativa, o Chefe da RMI.

A competência genérica desta Comissão seria estudar e informar os assuntos relacionados com uniformes e artigos de fardamento, mantendo em contínua actualização o Regulamento de Uniformes da Força Aérea (RUFA) e a sua distribuição.

Considera-se, da análise efectuada e do resultado das entrevistas, que se concretiza a hipótese **H1**, ou seja a qualidade do fardamento, nomeadamente a sua adequabilidade, durabilidade e conforto, tem-se alterado através do contributo de sucessivas Comissões de Uniformes.

Em relação aos Órgãos da Força Aérea com responsabilidades de execução, ou seja, as Secções de Fardamento existentes nas diversas Unidades / Órgãos conclui-se pela verificação da hipótese H2, ou seja que as Secções de Fardamento inseridas no órgão de Abastecimento são mais eficazes e eficientes do que as inseridas no órgão de Administração das diversas Unidades / Órgãos.

Em termos de eficácia, de acordo com entrevista efectuada ao actual Chefe Interino da Secção de Fardamento da RMI, verifica-se que existem mais problemas a nível de utilização do SIG e de regularização de stocks nas Secções de Fardamento inseridas nas EAI, nomeadamente na BA5 e BA11.

Também em termos de eficiência se verifica que são necessários mais recursos para atingir os mesmos objectivos nas Secções de Fardamento das EAI, porque estas não dispensam a intervenção de pessoal da EA. De facto estas Secções quando necessitam de requisitar fardamento têm de efectuar uma reserva ao Abastecimento que por sua vez efectuará um pedido de transferência à Direcção gestora. Quando o fardamento é recebido na Unidade estas Secções fazem a conferência física mas quem faz a recepção é o Abastecimento. Quando as Secções estão inseridas na EA não necessitam da intervenção de pessoal das EAI, sendo dispensáveis uma série de procedimentos, pelo que a eficiência é maior.

Quanto à questão do pagamento, que como se depreende, é a única que poderia justificar a integração nas Esquadras de Administração e Intendência, defende-se que nenhuma Secção de Fardamento deve lidar com dinheiro, devendo a aquisição de fardamento ser efectuada preferencialmente por desconto em vencimento. Os militares que o não possam fazer ou não o pretendam devem pagar o fardamento que adquirirem na Tesouraria da Unidade. Deste modo não se antevêm quaisquer problemas associados ao facto de o pagamento deixar de ser feito nas Secções de Fardamento onde é efectuado.

Está assim concluído este trabalho. Espero com ele ter contribuído para um melhor conhecimento da actual organização do Sector do Fardamento na Força Aérea e dos seus problemas. Espero, também, ter contribuído para apresentar soluções que conduzam a uma melhoria dessa organização, com o realce dado à importância da existência de uma Comissão de Uniformes e com a proposta de uniformização da dependência das Secções de Fardamento, com o objectivo de potenciar a sua eficácia e eficiência.

BIBLIOGRAFIA

Legislação

Decreto-Lei nº 270/78 de 1 de Setembro – RUFA;

Despacho nº 34/78 do CEMFA de 12 de Setembro – CPUFA;

Despacho nº 01/87 do CEMFA de 19 de Janeiro – CPUFA;

Portaria nº 922/91 do MDN de 4 de Setembro – RUFA;

Decreto Regulamentar nº 52/94 de 3 de Setembro – Organização do CLAFA;

Despacho nº 27/95/A do CEMFA de 14 de Junho – CUFA;

Portaria nº 1054/97 do MDN de 16 de Outubro – RUFA;

Despacho nº 38/02/A do CEMFA de 5 de Novembro – CUFA;

Publicações e documentos militares

RFA 305-1 (B) – Organização das Bases Aéreas;

Entrevistas

Tópico de entrevista com o MGEN ADMAER Joaquim de Jesus Gomes Rodrigues (Director da DA), em Março de 2008;

Tópico de entrevista com o COR TABST Fernando António Alves (Subdirector da DA), em Março de 2008;

Tópico de entrevista com o TCOR ADMAER José Manuel Mendes G. F. Sousa (Chefe da Repartição de Material Intendência da DA), em Março de 2008.

Tópico de entrevista com o TEN TABST Samuel José Colaço Costa (Chefe Interino da Secção de Fardamento da RMI da DA), em Março de 2008.